



Lucena (em pé) com os secretários: "Reescalonamento evita caos financeiro"

Orcamento Seplan vai brigar dentro da Comissão

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, resolveu atender a uma sugestão do presidente da Comissão Mista do Orçamento, deputado Cid Carvalho, e deslocou para o Congresso Nacional seu secretário de Orçamento e Finanças, para prestar assessoramento técnico sobre todas as questões e dúvidas que sejam colocadas sobre o projeto de lei orçamentária. A partir de amanhã, sempre à tarde, José Ribas Neto permanecerá na Comissão para "brigar pelo Brasil", como disse ontem ao admitir que a proposta de Orçamento elaborada pela Seplan pode não ser a ideal, mas representa a "realidade".

Ribas chegou a comparar, guardando as devidas proporções, o orçamento da União com o orçamento familiar. "As vezes queremos adquirir um produto, fazer um programa ou uma obra, mas não dispomos de dinheiro para estas aquisições que estão fora das nossas possibilidades", exemplificou. Já na defesa do projeto elaborado pela Seplan, e achando que não há

como impedir que um funcionário do Governo defendá-lo, o secretário garantiu que o Ministério tenta disciplinar o orçamento, estabelecendo, da melhor forma possível, bases de execução e prevendo uma flexibilidade suficiente para que o Executivo possa, por exemplo, abrir mão de um programa "que não está indo bem" e passar a executar outro que garanta resultados e um bom aproveitamento de recursos.

PRESSÃO

O deslocamento de José Ribas Neto para a Comissão ficou acertado durante o almoço, ontem, de Abreu e Cid Carvalho. O presidente da Comissão expôs ao ministro a situação de pressão permanente em que se encontram todos os integrantes do órgão, principalmente a presidência e os relatores. Repetiu para João Batista o que vem afirmando diante da reação de alguns setores às previsões orçamentárias: "O Executivo está agindo como bandido: confessa na polícia e desmente no juiz", fazendo, como exemplificou,

cou, uma Operação Desmonte, sem resolver o destino de vários órgãos, apenas cortando-lhes as verbas.

A orientação de Abreu, desde a elaboração do orçamento, foi no sentido de "facilitar todo o entendimento de seu conteúdo com as devidas adaptações às exigências constitucionais", como explicou Ribas. O ministro orientou a Secretaria de Orçamento e Finanças para que desse todos os esclarecimentos pedidos pelo Congresso Nacional. Até hoje, os relatores e demais membros da Comissão têm se dirigido à SOF para obter informações, mas a pressão constante sobre os parlamentares obrigou ao deslocamento dos técnicos. "Estamos aqui para demonstrar e explicar melhor todos os pontos do projeto de lei", insistiu o secretário. Ele vê como questões polêmicas, entre outras, a que diz respeito à rolagem da dívida externa dos Estados e a que envolve a destinação de verbas a alguns órgãos afetados pela Operação Desmonte.